

Scientific Electronic Archives

Issue ID: Sci. Elec. Arch. Vol. 13 (3)

March 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.36560/14320211243>

Article link: <https://sea.ufr.edu.br/SEA/article/view/1243>



Segurança e saúde no ambiente de trabalho rural do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais

Safety and health in the rural work environment of Alto Jequitinhonha, Minas Gerais

Corresponding author

Vitória Aparecida Porto Lima

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
vitoriaaparecidaportolima@gmail.com

Altamir Fernandes de Oliveira

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Deilson de Almeida Alves

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Josimar Rodrigues Oliveira

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Resumo: O objetivo foi verificar aspectos de segurança e saúde de trabalhadores rurais que desenvolvem suas atividades em dois municípios do Alto Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais, por meio de aplicação de pesquisa de opinião. Foi definida uma amostra representativa de 60 propriedades rurais abrangendo os municípios de Diamantina e Couto de Magalhães de Minas. Em cada propriedade rural foi aplicado um questionário com questões abertas e fechadas. O levantamento foi caracterizado pela pesquisa exploratória, descritiva, explicativa e de opinião. O acidente mais frequente foi com objetos cortantes ou penetrantes (28,3%). Cerca de 66,7% desses trabalhadores rurais disseram que dificilmente realizam exames médicos e 51,7% deles não utilizam o equipamento de proteção individual. Os resultados mostram que 26,7% não conhecem a Norma Regulamentadora 31 e 40% dos trabalhadores não conhecem os riscos da sua atividade. Além disso, foram registrados que problemas relacionados a coluna ocorre em 41,7% dos casos. No ambiente de trabalho, 46,7% dos trabalhadores rurais desejam ter maior disponibilidade de equipamentos de proteção. Com base nesse estudo, sugere-se uma nova abordagem dessa temática na região, com um maior conjunto de dados e novas variáveis que interferem no dia a dia dos produtores.

Palavras-chaves: Acidente de trabalho, norma regulamentadora, agricultura familiar.

Abstract: The objective was to verify safety and health aspects of rural workers who carry out their activities in two municipalities in Alto Jequitinhonha, State of Minas Gerais, through the application of an opinion survey. A representative sample of 60 rural properties was defined, covering the municipalities of Diamantina and Couto de Magalhães de Minas. A questionnaire with open and closed questions was applied to each rural property. The survey was characterized by exploratory, descriptive, explanatory and opinion research. The most frequent accident was with sharp or penetrating objects (28.3%). About 66.7% of these rural workers said that they hardly perform medical examinations and 51.7% of them do not use personal protective equipment. The results show that 26.7% do not know the Regulatory Standard 31 and 40% of the workers do not know the risks of their activity. In addition, it was reported that problems related to the spine occur in 41.7% of cases. In the workplace, 46.7% of rural workers wish to have greater availability of protective equipment. Based on this study, a new approach to this topic in the region is suggested, with a larger set of data and new variables that interfere in the producers' daily lives.

Keywords: Accident at work, regulatory norm, family farming.

Introdução

As organizações têm se preparado para garantir as condições mínimas à sua força de

trabalho, mas as formas de fazê-la e monitorá-la devem ser atualizadas constantemente ou até mesmo elaboradas. O ambiente de trabalho necessita estar em conformidade com a legislação brasileira, tornando-se situação essencial para garantir a segurança e a saúde de todos os envolvidos. O conhecimento sobre as Normas Regulamentadoras - NR é imprescindível, pois, o empregador deverá proporcionar um ambiente de trabalho seguro para seus trabalhadores, buscando medidas de controle que buscam a prevenção dos acidentes e doenças, além de evitar multas e sobrecargas financeiras. A NR que trata do trabalho em meio rural é a de número 31, com título “Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária silvicultura, exploração florestal e aquicultura” (Senac, 2013).

Todo trabalhador no exercício de sua profissão está sujeito a acidentes de trabalho. O conhecimento dos trabalhadores sobre os riscos que estão expostos durante a sua atividade é fundamental, podendo atenuar a incidência de acidentes no ambiente rural, pois o trabalho rural é considerado dos quais mais trazem riscos de acidentes e doenças ao trabalhador (Fernandes & Silva, 2012). Os trabalhadores rurais estão expostos a vários agentes que podem ocasionar acidentes, como objetos cortantes, animais peçonhentos, máquinas, implementos agrícolas e quedas (Ambrosi & Maggi, 2013). No ambiente rural, existem pessoas que trabalham por conta própria e sem carteira assinada e raramente registram a ocorrência de acidentes, o que vem a contribuir com a falta de informações e ações no sentido de incrementar o bem-estar nesse ambiente de trabalho.

A identificação e a dimensão de uma situação podem contribuir para a prevenção de um problema ou diminuir sua extensão. Tomar conhecimento da questão acidentária relativa aos trabalhadores rurais, identificando-os e dimensionando seus principais problemas poderá enriquecer o debate dessa temática, como também colaborar para orientar políticas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho no ambiente rural.

Os acidentes podem ser evitados com a adoção de boas práticas de trabalho (*benchmarking*), realização de treinamentos, programas de prevenção, conscientização, uso de Equipamento de Proteção Individual - EPI e Equipamento de Proteção Coletiva - EPC, nos quais são fornecidos de acordo com a atividade e o risco existente no local.

Para entender um pouco mais o assunto em questão, o estudo foi desenvolvido com o objetivo de verificar aspectos de segurança e saúde de trabalhadores rurais que desenvolvem suas atividades em dois municípios do Alto Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais, por meio de uma pesquisa de opinião.

Métodos

A pesquisa foi desenvolvida nos municípios de Diamantina e Couto de Magalhães de Minas, localizados na região do Alto Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais. O município de Diamantina é caracterizado na condição legal como produtor individual, correspondendo a 62,7% do número total de estabelecimentos agropecuários e com 78,2% dos produtores do sexo masculino. O município de Couto de Magalhães de Minas possui 86,5% dos estabelecimentos agropecuários caracterizado como produtor individual, sendo 78,7% dos proprietários do sexo masculino (Ibge, 2017).

Foi definida uma amostra representativa de 60 propriedades rurais para os dois municípios, englobando 60 trabalhadores rurais. Em Diamantina foram aplicados 37 questionários e em Couto de Magalhães de Minas foram 23 questionários.

Na propriedade rural, primeiramente foram relatados os objetivos da pesquisa para os entrevistados. Após, foi aplicado o questionário com 12 questões, contendo 11 questões fechadas e uma questão aberta (Tabela 1). As questões da pesquisa, as doenças listadas no questionário para o levantamento destas que são ocasionadas pelo trabalho e a questão sobre os riscos aos quais os trabalhadores estão expostos, sejam eles biológicos, químicos, físicos e ergonômicos foram adaptadas (Dias, 2006; Gomes, 2015; Brevigliero et al., 2017).

O levantamento foi caracterizado pela pesquisa exploratória, no sentido de buscar uma visão geral sobre determinado fator, correspondendo a pesquisa sobre opinião pública de segurança e saúde do trabalhador rural, construindo um acervo de questões a serem trabalhadas para um melhor entendimento do assunto (Raupp & Beuren, 2003). Quanto à pesquisa descritiva, houve uma descrição da aplicabilidade da Norma Regulamentadora número 31 (NR-31), buscando estabelecer relações entre variáveis observadas. Na pesquisa explicativa, objetivou-se identificar as variáveis que influenciam nos fenômenos observados, que foram as percepções dos trabalhadores rurais acerca das causas dos acidentes de maior incidência na sua atividade. Por fim, na pesquisa de opinião houve o entendimento do contexto prático com a aplicação dos questionários.

Resultados e discussão

Foram entrevistados 40 trabalhadores do sexo masculino, correspondendo a 66,7% da amostra, e 20 trabalhadoras do sexo feminino, correspondendo a 33,3% da amostra, com idades entre 21 e 78 anos.

O tipo de acidente mais frequente foi com objetos cortantes ou penetrantes, relatado por 28,3% dos trabalhadores. O segundo tipo de acidente com maior frequência foi o contato com animais peçonhentos, como cobras e escorpiões (26,7%), e o terceiro tipo figuraram as quedas (25% de acidentados). Um terço dos trabalhadores rurais relataram nunca ter sofrido nenhum tipo de acidente.

Com base no tipo de acidente sofrido pelo trabalhador, é comum que o acidentado receba atendimento logo em seguida. Sendo assim, 25% dos trabalhadores receberam atendimento no posto de saúde; 18,3% dos acidentados receberam atendimento no pronto socorro e 15% se trataram na própria residência (Tabela 1).

Para os acidentes ocorridos com os trabalhadores rurais das cidades de Diamantina e de

Couto de Magalhães de Minas, a primeira medida de controle que recomenda ser aplicada é o uso do EPI, como óculos de proteção ou viseiras, respiradores com filtros, luvas de raspa, perneiras, botas apropriadas, entre outros. É de suma importância para qualquer atividade o uso do EPI, no qual busca proteger o trabalhador contra altos impactos preservando a vida daqueles que o utilizam.

Tabela 1. Pesquisa de opinião do trabalhador rural sobre sua segurança e saúde no ambiente de trabalho rural em dois municípios do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais.

Questão	Casos	%	Questão	Casos	%
Tipos de acidentes*			Conhecimento da NR-31		
Nenhum	20	33,3	Não, mas ouviu em algum momento	25	41,7
Objetos cortantes ou penetrantes	17	28,3	Sim	19	31,7
Animais peçonhentos	16	26,7	Não, nunca ouviu sobre	16	26,7
Quedas	15	25	Doenças ocasionadas pelo trabalho*		
Impacto por objetos	8	13,3	Problemas na coluna	25	41,7
Implementos e máquinas agrícolas	5	8,3	Nenhuma doença	15	25
Outros	3	5	Fadiga	12	20
Atendimento após o acidente**			Lesão por esforço repetitivo	10	16,7
Não sofreu acidente	22	36,7	Doenças de pele	7	11,7
Posto de saúde	15	25	Pressão arterial alta	6	10
Pronto socorro	11	18,3	Outro	5	8,3
Cuidou em casa	9	15	Intoxicação por agrotóxico	2	3,3
Médico pessoal	2	3,33	Doenças respiratórias	1	1,7
Não recebeu atendimento	1	1,7	Lesões por animais peçonhentos	1	1,7
Frequência de exames médicos			Conhecimento dos riscos expostos		
Difícilmente	40	66,7	Não tem conhecimento	24	40
Sempre	19	31,7	Conhece todos os riscos	20	33,3
Nunca	1	1,7	Sabe dos riscos à saúde, mas não conhece qual está exposto	16	26,7
Uso do EPI			Conhecimento das consequências dos acidentes e doenças		
Não	31	51,7	Sim	32	53,3
Sim	29	48,3	Não	28	46,7
Motivos por não usar EPI**			Como esse conhecimento foi adquirido**		
Não há fornecimento	14	45,2	Sem treinamento	37	61,6
Não vejo utilidade em usar	7	22,6	Treinamento formal	13	21,7
Incomoda	6	19,4	Treinamento informal	10	16,7
Não é exigido	2	6,5	Mudanças desejadas no ambiente de trabalho		
Outros	2	6,5	Mais EPI e EPC	28	46,7
Modo como as atividades são realizadas			Mais orientação	18	30
Em pé	54	90	Não precisa mudar nada	14	23,3
Sentado	6	10	Total de cada questão		
			60	100	

*O mesmo trabalhador marcou mais de uma resposta na questão. **Resposta com base na questão anterior.

De acordo com a NR-31, o empregador deve encaminhar o trabalhador acidentado ao hospital e prestar todo o auxílio para a recuperação da vítima (Senac, 2013). Os municípios analisados são caracterizados por terem predominantemente o desenvolvimento da agricultura familiar, em que os trabalhadores fazem simultaneamente o papel do empregador e trabalhador. O tratamento inadequado por conta própria após o acidente pode trazer sequelas a saúde e provocar graves doenças, podendo até levar ao óbito. Os trabalhadores devem ter o conhecimento dos danos que podem trazer a si mesmos por não receber o atendimento adequado.

Em relação a frequência de realização de exames médicos, a maioria dos trabalhadores (66,7%) relataram que dificilmente realizam exames médicos, enquanto 31,7% fazem exames periodicamente e 1,7% nunca fizeram nenhum tipo de exame médico.

Nas atividades rurais, a maioria dos trabalhadores (51,7%) não utilizavam o EPI. Dos motivos para a não utilização do EPI, 45,2% relatam que não há o fornecimento do equipamento; 22,6% relatam que não reconhecem a utilidade de usar o EPI e 19,4% relatam incômodo na utilização.

Para a prevenção de doenças é essencial que o trabalhador realize exames médicos periodicamente. O alto índice dos trabalhadores que dificilmente fazem os exames se justifica pelo pensamento comum entre as partes de que a maneira incorreta de realizar sua atividade não irá prejudicar a sua saúde, o que é um erro. Muitos trabalham sem pausa para o descanso e dizem que não há tempo para realizarem exames médicos e fazer consultas, permanecendo vários anos sem realizar nenhum tipo de exame, o que entra nas suas rotinas. De acordo com a NR-4 todo empregador deve exigir que sejam feitos exames médicos periodicamente (Senac, 2013). Se tratando da agricultura familiar, cabe a conscientização familiar como estratégia, bem como a possibilidade de criação de uma política pública municipal voltada para a saúde do agricultor familiar, que pode ser implementada a nível de distrito ou comunidade, por meio de campanhas de saúde itinerantes ou uso de consultórios móveis que levem atendimento a essas populações por meio de parcerias institucionais. Tem-se observado que as próprias ações governamentais, legais e sociais, são ainda ineficientes ou ineficazes, com certo descaso com as relações de trabalho no campo (Alves & Guimarães, 2012).

Os trabalhadores evidenciam que o uso do EPI traz incômodo ou que não conseguem se adaptar aos equipamentos. Na zona rural de Pelotas (RS), o seu uso não tem boa aceitação entre os trabalhadores rurais por causarem desconforto durante suas atividades laborais, como sensação de sufocamento, calor intenso e falta de ar (Silva et al., 2013). A informação que deve ser transmitida é que o uso é obrigatório e fundamental para a prevenção

de acidentes existindo multas para a não utilização do equipamento.

A utilização do EPI é obrigatória, conforme pregam as NR's 6 e 31 (Senac, 2013). Nesse sentido, é necessário levar mais informação para os trabalhadores rurais, por meio de projetos de extensão universitária voltados à essa temática, pois, eles precisam conhecer os riscos em que estão expostos e a consequência da não utilização dos EPI's. Existem diversos motivos pelos quais os trabalhadores rurais da presente pesquisa não utilizam os EPI's, como a falta de conhecimento dos riscos e informações sobre a segurança e saúde do trabalho no ambiente rural. Também o fato de muitos entrevistados serem agricultores familiares que desempenham a atividade por conta própria e muitas das vezes não empregam recursos financeiros na obtenção de itens de segurança adequados para seu trabalho rotineiro no campo, devido a necessidade de investir os recursos em itens necessários para a própria subsistência familiar. Pode existir resistências ao uso do EPI por parte dos trabalhadores, muitas vezes se deve pelas características do próprio trabalho como também pela escassez de treinamentos, que são dificultados pela baixa escolaridade (Alves & Guimarães, 2012). Por outro lado, grandes empregadores rurais se preocupam com a segurança e a saúde do seu trabalhador para evitar multas por algum requisito irregular. Desse modo, o trabalho do campo é considerado o que mais traz riscos à saúde do trabalhador (Fernandes & Silva, 2012).

Para que necessariamente ocorra a prevenção de acidentes e doenças oriundas do trabalho, o uso do EPI torna-se essencial, a falta de utilização pode gerar graves acidentes e levar a sérias doenças. Muitos trabalhadores sofrem acidente fatal durante a realização das atividades, causando também incapacidade parcial ou total (Dias, 2006). Os acidentes rurais típicos são ocasionados por riscos ocupacionais biológicos, ergonômicos e mecânicos, provocados principalmente por quedas e afetam, sobretudo, membros inferiores, tórax e membros superiores, levando a incapacidade temporária do trabalhador rural, na região sul do país (Drebes et al., 2014).

Quanto ao fator ergonômico, em relação ao modo de realização da atividade pelo trabalhador, cerca de 90% afirmaram que permanecem em pé durante a atividade. Na atividade rural, muitos trabalhadores relataram não conhecer a NR-31, sendo que 41,7% não a conhecem, mas em algum momento já ouviram sobre ela; 31,6% dos trabalhadores conheciam a norma e 26,7% não conheciam ou nunca ouviram falar a respeito da mesma.

O risco ergonômico está presente em todas as atividades, sendo agrícolas ou não. A postura inadequada na execução de uma tarefa ou o carregamento de excesso de peso pode acarretar diversas doenças, principalmente aquelas relacionadas a coluna e distúrbios ósseos. São

poucos os trabalhadores rurais que realizam algum tipo de trabalho sentado, como atividades relacionadas a embalar hortaliças ou outros produtos em sua propriedade. A maioria desses trabalhadores realizam as suas atividades rotineiras em pé, por meio da realização de capinas, roçadas, plantio, adubação de culturas, dentre outras atividades. Como medida de controle, recomenda-se realizar pausas durante a realização da atividade, por cinco minutos ou mais (Lima, 2018). É recomendável também fazer exercícios físicos, aquecimentos musculares, antes da realização da atividade, durante e após o término. No sul de Minas Gerais, o trabalho na cultura de hortaliças existe a necessidade de adoção de medidas de prevenção, em particular nas questões do sistema musculoesquelético e exposição aos agrotóxicos a fim de evitar o adoecimento, pois as condições de trabalho são posturas cansativas prolongadas, de pé, agachada, carregamento de peso e movimentos repetitivos (Manzoli et al., 2018).

O conhecimento da NR-31 é de grande importância para o trabalhador rural, pois, conhecendo bem a norma e aplicando-a com rigor o ambiente de trabalho se tornará mais seguro. A medida de controle que se aplica a falta de conhecimento de muitos trabalhadores rurais é a promoção de palestras e cursos de extensão sobre as legislações vigentes, a importância da segurança no trabalho para fins de prevenção de acidentes e como cumprir tais legislações mesmo em agricultura de perfil familiar, com o propósito de conhecer seus sistemas como a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA (Senac, 2013).

Na Tabela 1 também são apresentados os resultados em relação as doenças que mais ocorrem no ambiente de trabalho rural. Observa-se que problemas de coluna apresentaram o maior índice, com ocorrência em 41,7% dos trabalhadores, sendo apontados na sequência problemas de fadiga (20%); lesão por esforço repetitivo (16,7%) e problemas relacionados a pele (11,7%). Por outro lado, cerca de 25% relataram que não adquiriram doenças no trabalho.

As doenças ocasionadas pelo trabalho ainda geram grande preocupação para os pequenos e grandes empregadores. No caso da agricultura familiar é ainda mais complicado, pois, o trabalho do campo é exaustivo exigindo força e maior exposição ao sol, principalmente nesses dois municípios estudados no Alto Jequitinhonha, onde a agricultura tem baixo nível tecnológico, chegando ao ponto de uma "agricultura artesanal". As doenças com maior ocorrência provavelmente são oriundas do trabalho excessivo, má postura ou carregamento excessivo de peso. Uma medida de controle recomendada é realizar treinamentos sobre ergonomia nas comunidades rurais e orientar os agricultores familiares a realizarem pausas para descanso durante a execução da atividade (Lima, 2018),

principalmente aquelas que demandem maior esforço físico.

Dos trabalhadores entrevistados, 40% não conheciam os riscos da atividade a que estão expostos; 33,3% conheciam os riscos e sabiam aos quais estavam expostos na sua rotina laboral e outros 26,7% disseram conhecer os riscos, mas não sabiam ao que estavam expostos durante a sua atividade. Aproximadamente 53% dos trabalhadores afirmaram ter conhecimento das consequências dos acidentes e das doenças relacionadas ao trabalho. Ao serem questionados sobre como adquiriram o conhecimento sobre as consequências dos acidentes e doenças do trabalho, observou-se que a maioria (61,6%) não teve nenhum treinamento sobre esse tema, enquanto 21,7% tiveram algum treinamento formal e 16,7% tiveram o treinamento informal (Tabela 1).

O conhecimento dos riscos químicos, físicos, biológicos e ergonômicos é de suma importância para o trabalhador, pois, melhora o entendimento de como realizar a atividade corretamente. Conforme a NR-4, cada atividade tem um grau de risco, e para a agricultura todas as atividades possuem grau de risco três. O maior grau de risco é o de valor quatro, assim as atividades na agricultura estão em um grau elevado de riscos de acidentes e doenças (Senac, 2013). Essa informação deve ser transmitida para os trabalhadores terem conhecimento do alto grau de risco que estão expostos na sua atividade. O nível de instrução de cada trabalhador rural pode influenciar para que o grau de risco aumente ou diminua, irá depender das condições de como cada atividade vai estar sendo realizada. Muitos trabalhadores conhecem os riscos químicos, físicos, biológicos e ergonômicos, mas não sabe distinguir em quais estão expostos. Assim, o conhecimento dos riscos é importante para que o trabalhador saiba quais as consequências de um acidente e doença ocasionados pelo trabalho. O trabalhador que tem a carteira de trabalho assinada deve ter uma palestra sobre o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Silveira, 2009), para ter conhecimento sobre o que pode acontecer quando o acidente ou doença gera uma incapacidade parcial ou total devido a sua atividade exercida. Já na agricultura familiar, os programas de apoio as famílias como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, podem informar sobre o assunto.

Os treinamentos são importantes para o trabalhador rural, pois, o conhecimento adquirido pode ser utilizado na prática para que o ambiente de trabalho se torne mais seguro. Existem trabalhadores rurais que conhecem as consequências sobre os acidentes e doenças do trabalho porque buscaram informação na internet ou perguntaram alguém que conhece do tema fora do seu ambiente de trabalho. Dentro do ambiente de trabalho, geralmente eles buscam adquirir esse conhecimento por meio de um colega, o que é chamado de treinamento informal. O treinamento formal é obrigação do empregador e deve ser fornecido a todos os trabalhadores (Senac,

2013), e se tratando de agricultura familiar, o empregador trabalhador pode procurar informação técnica junto a empresa de assistência técnica do seu município.

Em relação as mudanças desejadas no ambiente de trabalho, 46,7% dos trabalhadores desejaram que fosse disponibilizado EPI e EPC para utilização nas suas atividades; 30% ressaltaram a necessidade de haver mais orientação de profissionais da área de segurança do trabalho e 23,3% não mudariam nada na realização da sua atividade.

Muitos trabalhadores desejam mudar o seu ambiente de trabalho, mas muitas vezes faltam recursos. Alguns deles estão acostumados com a forma que realizam o seu trabalho e que não mudariam nada no ambiente, mesmo as condições de trabalho sendo consideradas precárias. Existem muitas medidas que podem ser direcionadas ao trabalho rural e a primeira delas é a orientação.

Os dados aqui apresentados mostram o quanto é precária a forma como o trabalho rural é realizado. O trabalhador informado procurará fazer as suas atividades corretamente utilizando EPI's e EPC's adequados. A maioria dos trabalhadores da região da pesquisa fazem parte da agricultura familiar, sendo assim o cuidado com a segurança nas atividades é mais difícil. A preocupação maior é manter todos os familiares ocupados no campo não importando como o trabalho é realizado. O trabalhador pensa mais em como gerenciar melhor a sua propriedade, quanto maior a força de trabalho maior o rendimento, e assim a saúde vai se deteriorando aos poucos. Existem atualmente políticas voltadas para empresas do setor rural, na agricultura familiar esse tema é pouco discutido, dificilmente o termo segurança no trabalho é citado.

Considerações finais

O trabalho rural nesses dois municípios estudados ainda é muito precário, pois existe carência de recursos financeiros por parte desses indivíduos e principalmente, informação e orientação adequadas. Observou-se por meio dos resultados apresentados é perceptível que a maioria dos trabalhadores rurais (51,7%) ainda não fazem a utilização do EPI, porque não são fornecidos ou não veem a necessidade de utilização desse tipo de equipamento. Ainda é um grande desafio incrementar o conhecimento dos trabalhadores rurais sobre a segurança e saúde no trabalho e da importância em manter minimamente um ambiente livre de acidentes e doenças. A aplicação das normas regulamentadoras é difícil de ser aplicada em todo o contexto rural, uma vez que deve ser levado de maneira prioritária até as comunidades rurais as capacitações por meio de cursos, oficinas, dias de campo e palestras.

Sugere-se a partir deste estudo, o aprofundamento no entendimento das condições de trabalho das famílias do ambiente rural, as quais

possuem em sua atividade a principal fonte de renda e sustento da comunidade e por abrangência da região em que estão inseridos. Os custos envolvidos na aquisição de equipamentos de saúde e segurança devem ser vistos como investimento na atividade, com a finalidade de levar ao crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida no trabalho rotineiro, em vez de ter que arcar com multas e prejuízos diversos, casos corriqueiros na sociedade brasileira.

É de extrema importância que universidades incentivem os alunos a participarem de projetos de extensão que envolvam conhecer mais sobre o trabalho rural, buscando levar para os produtores rurais cursos e palestras sobre como realizar suas atividades de forma mais segura evitando possíveis acidentes e doenças e criar novas variáveis de estudo para ajudar a melhorar as condições de trabalho. Cabe também aos órgãos governamentais que atuam no setor agrícola levar conhecimentos sobre segurança e saúde do trabalho para os produtores rurais, para que os mesmos possam ter consciência de que quando o trabalho é realizado de forma segura o risco de acidentes diminui e a produtividade do trabalhador é melhor, assim as atividades serão mais bem desenvolvidas e saúde do trabalhador será preservada. Lembrando também que como a maior parte dos trabalhadores fazem parte da agricultura familiar os mesmos devem realizar exames de rotina, buscando prevenir futuras doenças.

Referências

- ALVES, R.A.; GUIMARÃES, M.C. De que sofrem os trabalhadores rurais? Análise dos principais motivos de acidentes e adoecimentos nas atividades rurais. Informe GEPEC, vol. 16, n. 2, p. 39-56, 2012.
- AMBROSI, J.N.; MAGGI, M.F. Acidentes de trabalho relacionados às atividades agrícolas. Acta Iguazu, vol. 2, n. 1, p. 1-13, 2013.
- BREVIGLIERO, E.; POSSEBON, J.; SPINELLI, R. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. São Paulo, Senac, 456 p. 2017.
- DIAS, E.C. Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais do Brasil. Renast, 2006.
- DREBES, L.M.; SCHERER, C.B.; GONÇALVES, J.R.; DÖRR, A.C. Acidentes típicos do trabalho rural: um estudo a partir dos registros do hospital universitário de Santa Maria, RS, Brasil. Remoa, vol. 13, n. 4, p. 3467-3476, 2014.
- FERNANDES, A.M.; SILVA, A.C. Tecnologia de prevenção e primeiros socorros ao trabalhador acidentado. Nova Trindade, Editora AB, 196 p. 2012.
- GOMES, M.F.G. Diagnóstico das condições de segurança e saúde do trabalho em uma marcenaria de pequeno porte no vale do Mucuri. (CD-ROM). Mucuri: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Censo Agropecuário 2017. <https://ibge.gov.br/@cidades>

LIMA, V. Ginastica laboral: atividade física no ambiente de trabalho. São Paulo, Phorte Editora, 432 p. 2018.

MANZOLI, S.T.; IGUTI, A.M.; MONTEIRO, I. Condições de trabalho e saúde de plantadores de verduras de um município brasileiro. Trabajo y sociedade, n. 30, 2018.

RAUPP, F.M.; BEUREN, I.M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: Beuren, I.M. (org.) Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo. Atlas, p. 76-97, 2003.

SENAC. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Manual de segurança e saúde no trabalho: normas regulamentadoras-NRs. São Paulo, Difusão Editora, 1168p. 2013.

SILVA, J.B.; XAVIER, D.S.; BARBOZA, M.C.N.; AMESTOY, S.C.; TRINDADE, L.L.; SILVA, J.R.S. Fumicultores da zona rural de Pelotas (RS), no Brasil: exposição ocupacional e a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI). Saúde em Debate, vol. 37, n. 97, p. 347-353, 2013.

SILVEIRA, A.M. Saúde do trabalhador. Belo Horizonte, Editora Coopmed, 96 p. 2009.